

ATA NÚMERO 128/XIII (3.ª)

A 30 de maio de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição dos peticionários da [petição n.º 488/XIII \(3.ª\)](#) - Reconhecimento das edições do Campeonato de Portugal realizadas entre 1922 e 1938:

- Deputado Relator: Joel Sá (PSD)

Audiência da Torcida Verde, Associação de Adeptos Sportinguistas, sobre a lei que enquadra os grupos organizados de adeptos na prevenção e combate à violência nos recintos desportivos

II PARTE

1. Informações;

2. Aprovação das atas das reuniões de 23 de maio de 2018;

3. Discussão conjunta:

- [Projeto de resolução n.º 1472/XIII \(3.ª\)](#) (PCP) — Propõe medidas para correção dos resultados do concurso de apoios às artes, reforço do seu financiamento e revisão do respetivo modelo de apoio;
- [Projeto de resolução n.º 1468/XIII \(3.ª\)](#) (BE) — Medidas urgentes de reforço e correção do financiamento às artes no âmbito dos concursos da Direção Geral das Artes;
- [Projeto de resolução n.º 1600/XIII \(3.ª\)](#) (PSD) — Pelo início imediato do processo de revisão do modelo de apoio às artes em efetiva articulação com os agentes do sector;

4. Discussão do [projeto de resolução n.º 544/XIII \(2.ª\)](#) (PSD) - Valorização e promoção do Mosteiro de Lorvão;
5. Discussão do [projeto de resolução n.º 1554/XIII \(3.ª\)](#) (BE) — Reforço do financiamento ao ANIM (Arquivo Nacional das Imagens em Movimento);
6. Discussão do [projeto de resolução n.º 1566/XIII \(3.ª\)](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que dê continuidade às obras de restauro do Mosteiro de Santa Maria de Semide;
7. Outros assuntos.

I PARTE

Audição dos peticionários da [petição n.º 488/XIII \(3.ª\)](#) - Reconhecimento das edições do Campeonato de Portugal realizadas entre 1922 e 1938

O Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto em exercício, Deputado Pedro do Ó Ramos, cumprimentou o peticionário Paulo Alexandre Silva Almeida, primeiro subscritor da [petição n.º 488/XIII \(3.ª\)](#) - Reconhecimento das edições do Campeonato de Portugal realizadas entre 1922 e 1938 -, lembrou a grelha de tempos e passou-lhe depois a palavra para fazer a sua intervenção inicial.

O peticionário começou por referir que faz-lhe confusão como profundo amante do futebol português que a Federação Portuguesa de Futebol não reconheça as primeiras dezassete edições do Campeonato de Portugal que foram realizadas entre 1922 e 1938, dezassete edições que tiveram vencedores diferentes: o Benfica, o Sporting, o Porto, o Marítimo, o Olhanense, o Carcavelinhos que atualmente é o Atlético Clube Portugal, não respeitando assim a história dos clubes e dos jogadores que venceram dentro de campo, com as regras da altura e com o aplauso dos adversários.

Disse que em 2021-2022 Portugal celebra 100 anos de competições nacionais e obviamente que 100 anos deveriam corresponder a 100 vencedores.

Transmitiu que embora trabalhe no Sporting Clube Portugal não está a defender os quatro títulos daquele clube, está a defender as dezassete edições do Campeonato de Portugal e as sete equipas vencedoras, o Benfica tem três, o Porto tem quatro, o Sporting tem quatro, o Belenenses tem três e as restantes equipas têm um clube.

Mencionou que era um tema que já estava a estudar há muito tempo, mas foi por intermédio do Sporting Clube Portugal que conseguiu ir à Federação Portuguesa de Futebol na época passada e ler todas as atas desde 1922 até hoje. Com efeito, desde 1922 é claro que o campeão no final de cada época independentemente do sistema adotado era o campeão de Portugal, efetivamente era o título mais importante disputado em Portugal de futebol a nível nacional.

Usaram, de seguida, da palavra para colocar diversas questões os Senhores Deputados Joel Sá (PSD), Hugo Carvalho (PS), Jorge Campos (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), tendo, no final de todas as intervenções, o peticionário respondido às questões colocadas.

Audiência da Torcida Verde, Associação de Adeptos Sportinguistas, sobre a lei que enquadra os grupos organizados de adeptos na prevenção e combate à violência nos recintos desportivos

O Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto em exercício, Deputado Pedro do Ó Ramos, cumprimentou os representantes da Torcida Verde, Luís Carlos Pereira Repolho e Paulo Ramires Vaz, lembrou a grelha de tempos e passou-lhe depois a palavra para fazerem a sua intervenção inicial.

Os representantes da Torcida Verde referiram que não querem contribuir para o clima de caça às bruxas que parece que está instalado, que parece estar a percorrer todos os grupos de adeptos organizados, que é uma grande hipocrisia da parte da sociedade, porque parece que andam a tentar resolver um cancro com uma aspirina, o problema é muito mais grave e profundo do que isso.

Mencionaram que o fundo da questão não passa só pelos adeptos e pelos clubes passa por aquilo em que se transformaram os clubes de futebol e o desporto.

Referiram, de seguida, algumas propostas que têm apresentado ao longo dos anos e que propuseram das últimas vezes que vieram à Assembleia da República e que, em resumo, se expõem:

- A criação de um observatório nacional contra os atos de violência, o que até agora não aconteceu;
- A responsabilização pessoal dos dirigentes das SADS. A lei é bastante clara e refere que os clubes devem ser responsabilizados por apoiarem Grupos de Adeptos Organizados (GOAS), o que nunca aconteceu e cria um clima de impunidade em relação aos clubes e não é com multas que nunca foram aplicadas que se resolve a questão;
- A responsabilização pessoal e criminal dos dirigentes desportivos;
- A intervenção do Estado, querem fazer deles as palavras do Dr. Poiares Maduro que referiu que «se nós esperarmos que o futebol se autocontrole, autorregene se autorreforme é como que esperarmos que a Máfia, a Camorra ou a Cosa nostra se autocontrole». Mencionaram que não esperam que a Federação Portuguesa de Futebol, a Liga, a UEFA, a FIFA «ponham a mão» em tudo o que acontece em volta do futebol;
- Revolta-os a opinião extremamente negativa que a opinião pública tem acerca dos GOA's e em relação a esse facto sentem-se impotentes;
- A lei é dúbia, vaga em relação aos materiais que eles podem utilizar dentro dos estádios, em relação às fachas e às frases que podem ser utilizadas. No entanto, a lei não é vaga em relação às tochas e à pirotecnia.
- Nos últimos jogos do Sporting Clube de Portugal, nas duas finais do Jamor foram censurados por duas frases, uma delas é a frase da Torcida Verde há mais de 10 anos que dizia assim «a história nos julgará» e a outra frase dizia «futebol popular criado pelo povo roubado pelos ricos», foi-lhes inviabilizada a entrada dessas duas faixas como outras faixas, isso é um buraco que está na lei que dá um poder completamente discricionário àqueles que deveriam ser os organizadores do jogo.

Usaram, de seguida, da palavra para colocar diversas questões os Senhores Pedro Pimpão (PSD), Hugo Carvalho (PS), Jorge Campos (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP),

tendo, no final de todas as intervenções, os representantes da Torcida Verde respondido às questões colocadas.

II PARTE

1. Informações

1.1. O Senhor Presidente da Comissão em exercício transmitiu que a Audição Regimental do Senhor Ministro da Cultura está agendada para o próximo dia 5 de junho de 2018 às 10 horas, a qual incluirá os requerimentos dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP. O requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para a audição do Senhor Ministro da Cultura, sobre o atraso da entrada em funções do novo Conselho de Administração da RTP e o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para a audição do Senhor Ministro da Cultura, sobre as razões que levaram à demissão da Diretora-Geral das Artes, Dr.^a Paula Varanda.

1.2. O relatório da audição dos peticionários da [petição n.º 486/XIII \(3.ª\)](#) – Solicitam a criação de Dia Nacional do Hóquei em Patins foi apreciado pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e BE, não tendo os mesmos levantado qualquer objeção.

1.3. O Senhor Presidente da Comissão em exercício informou do pedido de audiência de um grupo informal de produtores independentes sobre a imobilização da RTP na contratação de conteúdos a produtores independentes.

2. Aprovação das atas das reuniões de 23 de maio de 2018;

As atas das reuniões de 23 de maio de 2018 foram aprovadas por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Discussão conjunta:

- [Projeto de resolução n.º 1472/XIII \(3.ª\)](#) (PCP) — Propõe medidas para correção dos resultados do concurso de apoios às artes, reforço do seu financiamento e revisão do respetivo modelo de apoio;

- [Projeto de resolução n.º 1468/XIII \(3.ª\)](#) (BE) — Medidas urgentes de reforço e correção do financiamento às artes no âmbito dos concursos da Direção Geral das Artes;
- [Projeto de resolução n.º 1600/XIII \(3.ª\)](#) (PSD) — Pelo início imediato do processo de revisão do modelo de apoio às artes em efetiva articulação com os agentes do sector;

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) apresentou o [projeto de resolução n.º 1472/XIII/3.ª](#), referindo, em síntese, que a realidade do novo modelo de apoio às artes implementado pelo Governo, atesta que os respetivos resultados vieram a comprovar que não houve por parte do Governo uma estratégia séria e coerente, uma vontade política determinada para estruturar um verdadeiro serviço público de cultura, porque em vez de se promover a estabilização das companhias contemplando um programa artístico, infraestruturas, quadro de pessoal, implantação geográfica, direito à criação artística e investimento, o que acaba por ser valorizado é exatamente o inverso são as atividades individualizadas, os projetos isolados, os eventos, a programação em detrimento da criação, a desresponsabilização da Administração Central e do Governo e a prossecução de uma política que é de indigência e de subfinanciamento.

O Grupo Parlamentar do PCP considera que é preciso uma política alternativa e é isso que o Grupo Parlamentar do PCP propõe com aquele projeto de resolução, é preciso resolver os problemas de fundo, mas também é preciso e urgente encontrar soluções para os problemas imediatos, ou seja, para todas as companhias que viram o seu apoio reduzido ou mesmo eliminado.

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou aquele projeto de resolução tendo em conta precisamente algumas questões que considera fundamentais que são elencadas em três pontos. O primeiro ponto é o reforço em €7.388.156 da rubrica do Orçamento da Direção-Geral da Artes destinada ao apoio às artes, perfazendo um total de €25.000.000.

O segundo ponto é a adoção de medidas de correção dos resultados do concurso de apoio às artes, nas diversas áreas submetidas a concursos, nomeadamente através da revisão integral das decisões de elegibilidade das estruturas, candidaturas e de atribuição de apoios, a criação de um mecanismo que assegure apoio financeiro imediato às estruturas cujos apoios tenham cessado até à correção dos resultados do concurso e a definição de critérios de coesão territorial no

acesso à criação e fruição cultural a ter em consideração na atribuição de novos apoios ou majoração dos existentes.

O terceiro ponto é a revisão do modelo de apoio às artes através da publicação integral dos contributos resultantes das audições realizadas no âmbito da preparação do novo modelo de apoio às artes, a abertura de um processo de discussão pública com vista à definição de um modelo de apoio às artes adequado ao desenvolvimento da atividade de criação artística e cultural, a propor pelo Governo à Assembleia da República através de proposta de lei.

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) apresentou o [projeto de resolução n.º 1468/XIII/3.ª](#), mencionando, em síntese, que o Grupo Parlamentar do BE tem conhecimento que os concursos abriram com um enorme atraso e dos prejuízos e as consequências daí advenientes para as diferentes estruturas.

Referiu que se o modelo de apoio às artes falhou obviamente fazia sentido entrar numa outra fase que era apreender o que é que tinha falhado e iniciar um processo que permitisse contrariar as injustiças que se verificaram, a inoperacionalidade de muitos aspetos do modelo, a correção, por exemplo, naquilo que diz respeito à atribuição de financiamento a companhias e estruturas do interior altamente prejudicadas naquele processo.

Transmitiu que o Grupo Parlamentar do BE afirma e mantém as recomendações constantes do seu projeto de resolução: reforçar o financiamento dos concursos em apreciação para um nível mínimo não inferior ao financiamento alocado a estes concursos em 2009, corrigir a decisão dos júris dos concursos a apoios sustentados às artes no que for necessário para garantir que nenhuma estrutura no terreno seja obrigada a cessar atividade e a necessidade de reformular aquele modelo de apoio às artes e criar um modelo novo.

A Senhora Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) apresentou o [projeto de resolução n.º 1600/XIII/3.ª](#) mencionado, em súmula, que o Grupo Parlamentar do PSD entende que é sua obrigação contribuir para a introdução de melhorias num processo e num modelo de apoio às artes que não se mostrou adequado.

Referiu que no domínio do projeto de resolução mais do que a questão das verbas a alocar, o Grupo Parlamentar do PSD entende que o modelo tem de ser mais trabalhado com o setor, o modelo tem de ser público, com critérios claros para as estruturas que sejam envolvidas, o Estado deve dispor de entidades que coadjuvem no processo de candidatura, não só para aqueles processos, como para outras linhas de financiamento, devendo o novo modelo contemplar uma distinção clara do perfil de candidaturas e de candidatos. Salientou que é essencial que as Comissões de Acompanhamento estejam operativas e que elas possam elaborar relatórios de execução das medidas de apoio.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) referiu, em síntese, que no geral foi desenvolvido um esforço significativo pelo Ministério da Cultura para consolidar o tecido das artes em Portugal e o terceiro setor, nomeadamente em comparação com o paradigma dos anteriores modelos e concursos de apoios às artes.

Disse que com o programa referente a 2018-2021 ocorre um aumento do número global de entidades apoiadas face ao anterior quadro de apoio, precisando que existem setenta e duas novas entidades que vão aceder a apoios sustentados, verificando-se uma maior diversidade na distribuição dos apoios, tanto ao nível das áreas artísticas, bem como ao nível da coesão territorial.

Transmitiu que do ponto de vista financeiro não se pode considerar que não foi realizado um esforço para aumentar os montantes disponíveis para estes apoios e que não foi encontrada uma solução para incluir naquele programa entidades merecedoras de reconhecido mérito e historial que foram consideradas elegíveis pelos júris, mas que em virtude da falta de verba orçamental falharam numa primeira fase esses mesmos apoios.

Mencionou que o Governo atuou com sensibilidade para com a questão, identificando que era uma questão que merecia ser suprida, uma injustiça que merecia ser colmatada e por isto esta situação de justiça foi logo provida a 9 de abril quando foi assinada a Portaria n.º 233/2018, a qual aumentou para 19 milhões e 250 mil euros o valor a atribuir já em 2018 no âmbito do programa de apoio sustentado às artes.

Informou que, segundo o Ministério da Cultura, este reforço aprovado para 2018 já consagra aquelas verbas a um nível superior dos apoios efetivamente concedidos em 2009. O Grupo Parlamentar do PS não deixa de reconhecer eventuais falhas que se encontram supridas nos três projetos de resolução em apreço, nomeadamente, ao nível dos processos de candidatura, ao nível da necessidade de simplificação e em sede de capacidade de reapreciação das decisões.

4. Discussão do [projeto de resolução n.º 544/XIII \(2.ª\)](#) (PSD) - Valorização e promoção do Mosteiro de Lorvão

Este ponto foi adiado.

5. Discussão do [projeto de resolução n.º 1554/XIII \(3.ª\)](#) (BE) — Reforço do financiamento ao ANIM (Arquivo Nacional das Imagens em Movimento)

Este ponto foi adiado.

6. Discussão do [projeto de resolução n.º 1566/XIII \(3.ª\)](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que dê continuidade às obras de restauro do Mosteiro de Santa Maria de Semide

Este ponto foi adiado.

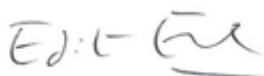
7. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 13 horas e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de maio de 2018

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP na reunião de 20 de junho de 2018.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Sousa
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
João Pinho de Almeida
Joel Sá
Jorge Campos
José Carlos Barros
Margarida Balseiro Lopes
Norberto Patinho
Pedro do Ó Ramos
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Ana Mesquita
Ana Sofia Bettencourt
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Palmira Maciel
Pedro Pimpão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Ivan Gonçalves
Joana Barata Lopes
Luís Monteiro
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Torres
Sara Madruga da Costa